



LECAMPO

FORTALECENDO A LUTA PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA UNIVERSIDADE



Acervo Lecampo - Encontros das Turmas Lecampo na UFPR Litoral

NESTA EDIÇÃO

25 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás.....3

Princípios e Concepções da Educação do Campo5

Ensino-Pesquisa-Extensão.....7

Opinião: Que educação educa na pandemia?.....12

Movimento Estudantil.....15

Comissões Lecampo - Consulta Atividades Remotas 2021.....21

Lecampo em Perspectiva.....23



Editorial

25 ANOS DE MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS, AS LUTAS E A RESISTÊNCIA

A primeira edição do Boletim Lecampo está dedicado à resistência que emana e tem sua base na luta dos camponeses e camponesas. A data 17 de abril é o **Dia Internacional da Luta Camponesa**, pois é também o dia que lembramos o massacre de Eldorado dos Carajás no Pará. Não há como esquecermos o massacre, não há como esquecermos esta data, pois simboliza a resistência dos povos do campo, das águas e das florestas, a luta pela terra e o direito ao território. Neste Boletim, o texto **25 ANOS DE MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS** de Ândrea Batista remete a memória do dia 17 de abril de 1996 e reafirma a importância da luta pela terra no Brasil.

Fruto da resistência das camponesas e camponeses, quilombolas, indígenas, pescadores/as artesanais entre outros sujeitos é também a Educação do Campo, construída por aqueles e aquelas que lutam por uma educação emancipadora e transformadora. O texto **PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO** escrito pelas educadoras e educadores do Núcleo de Comunicação Popular da Lecampo traz ao/à leitor/leitora contribuições importantes sobre esta concepção de Educação, construída *no* e *do* campo e que se ampliou para as águas e florestas, enquanto territórios da materialidade da luta por uma educação que atenda as demandas desses povos que constituem tais realidades.

A formação de professoras e professores no curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza da UFPR Litoral, se dá a partir do princípio da indissociabilidade do **Ensino-Pesquisa-Extensão**. As educadoras e educadores que defendem a universidade pública, gratuita e de qualidade também resistem promovendo projetos que mobilizam conhecimentos científicos e os saberes dos povos, realizando um trabalho a partir do diálogo de saberes. Nesta edição temos dois textos que tratam de projetos de extensão, o texto **PROJETO DE EXTENSÃO “SABERES E FAZERES DO MAR: DIÁLOGOS ENTRE O CURRÍCULO E A REALIDADE LOCAL NAS ESCOLAS DAS ILHAS DO LITORAL PARANAENSE”** das professoras Vanessa Marion Andreoli e Lilian Medeiros de Mello e **ESCRITA ACADÊMICA: OPORTUNIZANDO A ENTRADA DE PROFESSORES/AS NEGROS/AS NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU** da professora Claudemira Vieira Gusmão Lopes.

Na coluna Opinião, parte-se de que educadores também resistem ao lutarem por uma educação emancipadora em um contexto trazido no texto **QUE EDUCAÇÃO EDUCA NA PANDEMIA?** pela prof^a Elisiani Vitória Tiepolo, diretora do Setor Litoral UFPR, em que cada vez mais na pandemia tem sido ocupado por um modelo de aulas *custe o que custar*. Neste mesmo âmbito, na coluna **Movimento estudantil** os estudantes também resistem, ao lutarem pela universidade pública, gratuita e de qualidade para todos e todas. Foi realizada a seguinte pergunta aos/às estudantes: Qual o papel do movimento estudantil? Os/as estudantes responderam a partir das diferentes instâncias representativas: Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (Lecampo), Movimento estudantil das Licenciaturas em Educação do Campo, Movimento estudantil da UFPR Litoral, representação do DCE na UFPR Setor Litoral e coordenação geral do DCE da UFPR.

Ao final desta edição do Boletim Lecampo temos informações sobre a Lecampo como: a síntese dos resultados do questionário respondido pelos/pelas estudantes em março de 2021 sobre as condições para o ensino remoto, o texto **COORDENAÇÃO LECAMPO: DESAFIOS E CONQUISTAS NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO** das Gestões da Lecampo 2019-2021 e 2021-2023, a divulgação do vestibular Lecampo com inscrições entre 1 de maio à 30 de junho e informações sobre a Rádio Lecampo.



25 ANOS DE MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS

Ândrea Francine Batista

Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.
Universidade Federal do Paraná-UFPR/Setor Litoral

*Candelárias, Carandiru, Corumbiara, o Eldorado dos Carajás
A Pedagogia dos Aços golpeia no corpo essa atroz geografia
Se calarmos as pedras gritarão.**

No dia 17 de abril de 1996 ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás no Estado do Pará, onde 19 trabalhadores rurais do Movimento Sem Terra foram assassinados enquanto se mobilizavam reivindicando a desapropriação da Fazenda Macaxeira** para fins de Reforma Agrária. Uma área que se encontrava ocupada com cerca de duas mil e quinhentas famílias.

Foi durante uma marcha que ocorria entre Parauapebas e Marabá que as famílias acamparam na “Curva do S” (trecho da rodovia PA-150), próximo ao município de Eldorado dos Carajás. Fecharam a pista por cerca de duas horas como forma de abrir um canal de diálogo junto ao governo do Estado e pressionar suas reivindicações.

Ao cair da tarde, foram surpreendidos pela chegada de policiais militares armados sob o comando de desobstruir a rodovia.

Os sobreviventes dessa chacina relatam que os policiais se posicionaram diante deles e começaram a atirar. Amâncio, um sem-terra que era surdo, ao aproximar-se dos policiais leva uma pancada e um tiro. Nesse momento, ao perceber que Amâncio tinha sido atingido, os sem-terra avançaram em direção à política jogando paus e pedras para resgatar o corpo de Amâncio, mas nesse instante os policiais acirraram ainda mais o tiroteio.



Foto de Sebastião Salgado. Massacre de Eldorado dos Carajás (Pará)

Foram 19 trabalhadores executados e outros 69 feridos, dos quais alguns até hoje carregam balas alojadas em seus corpos convivendo com as sequelas desses ferimentos, como é o caso de Rubenita da Silva e José Carlos Agarito. O laudo legista acusou sete (7) corpos com sinais de espancamento a golpes de foice e facão e dois com tiros à queima-roupa na nuca e testa. Com o passar dos dias, mais 2 Sem-Terra morreram decorrentes do agravamento dos ferimentos, somando 21 mortos.

* Trecho da Música: “As Pedras Gritarão”, uma composição de Rafael Lima a partir do Massacre de Eldorado dos Carajás (PA)

** Município de Curionópolis. Região de garimpo.



Dos 155 policiais envolvidos nessa chacina, somente os dois comandantes da operação, foram condenados, embora cumprem sua pena em liberdade: o Coronel Mário Pantoja (288 anos de prisão)* e José Maria de Oliveira (128 anos). Os outros 153 policiais foram absolvidos. A demora e os resultados do julgamento, bem como da própria condenação, representam a impunidade que ratifica e reforça a violência no campo, onde as questões de natureza agrária são resolvidas por meio da bala.

Esse massacre repercutiu internacionalmente, fazendo com que a Via Campesina, uma articulação de organizações sociais do campo de todo o mundo, declara o dia **17 de Abril** como **Dia Internacional da Luta Camponesa**. A fazenda Macaxeira foi desapropriada, tornando-se o Assentamento 17 de abril. Muitas foram as chacinas que ocorreram na história do Brasil. Somente na década de 1990, podemos citar os episódios de Carandiru, Candelária, Corumbiara e Eldorado dos Carajás. O Massacre de Carandiru em 2 de outubro de 1992 enterrou onze (11) prisioneiros num uma intervenção da polícia militar durante uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo. A Chacina da Candelária, em 23 de julho de 1993, levou a vida oito (8) jovens de populações de rua que dormiam nas proximidades da Igreja Candelária no Estado do Rio de Janeiro. Em Rondônia, o massacre de Corumbiara em 9 de agosto em 1995 resultou na morte de 16 trabalhadores Sem Terra assassinados por pistoleiros encapuzados. Entre eles, uma criança de 6 anos, a pequena Vanessa.

O abril de Eldorado dos Carajás é mais uma das páginas dessa história, que marcado a ferro e fogo expressa a brutalidade pela qual os conflitos agrários são tratados neste país.

A concentração da terra, a grilagem, a espoliação e a superexploração das classes trabalhadoras perpassam gerações. E, em nome do lucro, cada tempo histórico carrega formas de invisibilização e criminalização dos “povos do campo, das águas e das florestas”, culminando na brutalidade do aniquilamento de direitos e de pessoas que se mobilizam.

A memória das vidas ceifadas na curva do S, reafirma que a luta pela terra e pela reforma agrária é justa, urgente e necessária.

Referências

- BRASIL DE FATO. (Produção de Rafael Tatemoto). Reportagem e Coordenação Camila Maciel. **Feridas Abertas**: 20 anos de Massacre de Eldorado dos Carajás. Edição Especial. 27 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VUN-Gpd3nc4> Acesso em: 18 abr. 2021.
- KENNADY, Heber; GEORGE, Anderson (Direção). **A Curva do S**: Relato de um massacre. (Documentário). Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Comunicação da UFPA. Centro Universitário de Parauapebas. Orientador: Prof. Dor. Otalício Amaral .UFPA: Setembro de 2008.
- NEPOMUCENO, Eric. **O Massacre**: Eldorado dos Carajás. Uma história de Impunidade. RJ: Editora Record, 2019.

* O Coronel Mário Pantoja faleceu no dia 11 de novembro de 2020 por complicações de saúde relacionadas à Covid-19



Educação do Campo em Pauta

Esta coluna tem por objetivo divulgar textos com temas relacionados à Educação do Campo, escolas do campo, cursos de licenciatura, projetos políticos pedagógicos, políticas públicas para educação do campo, atualidades, etc.

PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Docentes do Núcleo de Comunicação Popular Lecampo

A Educação do Campo (EdoC) está em constante construção. Esta construção tem sido orientada por alguns princípios e por sua historicidade, elementos importantes que devem ser incluídos na **luta**, nas práticas, políticas públicas e na produção de **conhecimentos** na EdoC. O termo Educação do Campo surgiu primeiramente como Educação Básica do Campo nos anos de 1990 no âmbito das discussões em preparação à I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Goiás no ano de 1998 (CALDART, 2012).

O termo 'Educação do Campo' propriamente dito começou a ser difundido a partir dos debates do Seminário Nacional realizado em Brasília em novembro de 2002. Em 2004, o termo foi reafirmado na II Conferência Nacional (CALDART, 2012). Ampliou-se a discussão da 'escola básica' do campo para uma perspectiva mais ampla de 'Educação do Campo' pela compreensão que se teve de que a educação é um direito que compreende desde a educação infantil à **universidade** (CALDART, 2012).

Segundo Molina, Antunes-Rocha e Martins (2019, p. 3) a EdoC constitui-se como um "[...] conjunto de práticas, princípios e políticas que vêm sendo formuladas desde o fim dos anos 1990 por sujeitos envolvidos na construção de um projeto de escola articulado a um de campo e de sociedade.



Foto: Acervo Lecampo.

Para Caldart (2012, p. 259), a Educação do Campo constitui-se como “[...] fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das **comunidades camponesas**”.

Ainda para a mesma autora, configura-se também como “[...] categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo [...]” (CALDART, 2012, p. 259).

[continua...]



Molina, Antunes-Rocha e Martins (2019) e Caldart (2012) destacam a dimensão política da educação do campo, como projeto protagonizado por seus sujeitos e voltado à transformação da sociedade.

Para Caldart (2012), Educação do Campo não surge como uma nova teoria da educação, pois é originada de problemáticas e situações práticas que não são possíveis de serem resolvidas apenas no aspecto teórico. Porém, ela requer teoria e rigorosidade na análise da realidade concreta (CALDART, 2012). Trata-se de uma concepção de educação que envolve a estreita ligação com a realidade de seus sujeitos e com a sua **crítica**, elemento essencial para a transformação da sociedade. Bastante próxima à **Educação Popular**, a Educação do Campo é construída e desenvolvida no âmbito das reivindicações dos movimentos sociais e sujeitos do campo, das **águas e das florestas**.

A Educação do Campo é um projeto de “uma educação dos e não para os sujeitos do campo” (CALDART, 2002, p. 19) das águas e das florestas. Assim, a **participação** dos sujeitos e o **trabalho coletivo**, ligado às especificidades e à realidade de cada contexto faz com que os aprendizados de cada experiência em Educação do Campo sejam importantes para a sua construção.

Molina (2002) estabeleceu desafios das/os educadoras/es do campo no contexto que se iniciou a partir de 2003, dentre eles destacam-se a necessidade permanente de formação, a necessidade de transformar o conhecimento em ação e de transformar ação em conhecimento.

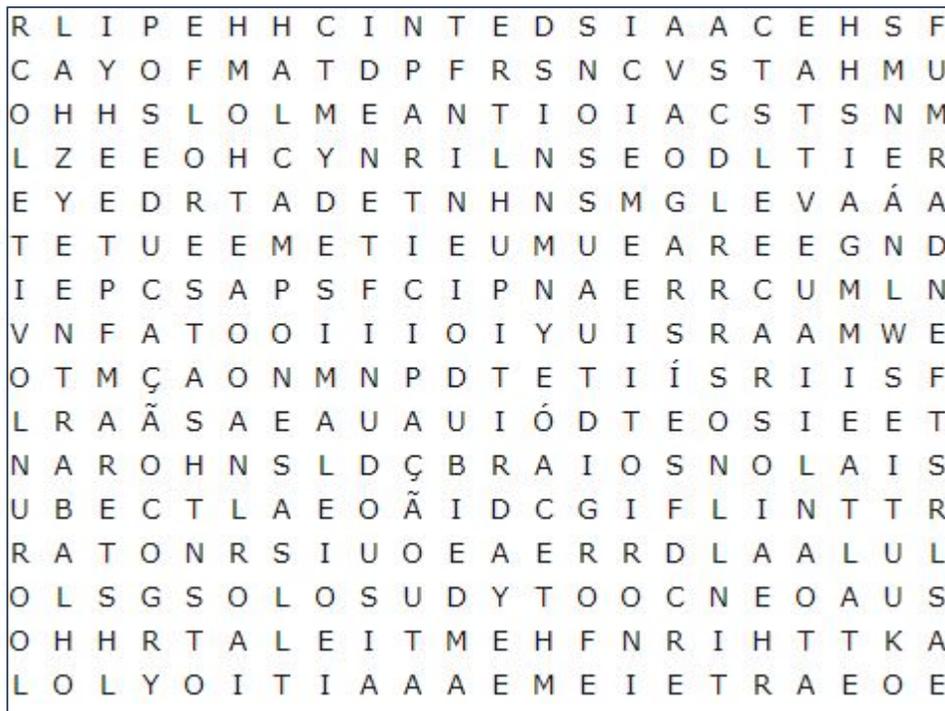
A Licenciatura em Educação do Campo tem papel fundamental na superação destes desafios, visto que a mesma se dá no âmbito das comunidades, dos diversos **territórios** onde os povos do campo, das águas e das florestas vivem e trabalham.

Referências

- CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo, orgs; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Por Uma Educação do campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do campo, 2002.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo, orgs; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do campo, 2002.
- MOLINA, Mônica Castagna; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. A produção do conhecimento na licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento da educação do campo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, 2019.
- MOLINA, Mônica Castagna. **Desafios para os Educadores e as Educadoras do Campo**. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo, orgs; CALDART, Roseli Salete (Org.). Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do campo, 2002.



Vamos procurar no caça-palavras as palavras destacadas no texto anterior?
As palavras estão na horizontal, diagonal, vertical e ao contrário.



- ÁGUAS
- CAMPONESAS
- COLETIVO
- COMUNIDADES
- CONHECIMENTOS
- CRÍTICA
- EDUCAÇÃO
- FLORESTAS
- LUTA
- PARTICIPAÇÃO
- POPULAR
- TERRITÓRIOS
- TRABALHO
- UNIVERSIDADE

* Não perca a resposta na próxima edição do Boletim Lecampo!

Ensino-Pesquisa-Extensão

A seção Ensino-Pesquisa-Extensão tem por objetivo apresentar informações sobre resultados de projetos de ensino, pesquisa e extensão, projetos de aprendizagem (PA), trabalhos de conclusão de curso (TCC), assim como informações interessantes sobre os projetos que estejam em andamento.

O trabalho pedagógico no Setor Litoral da UFPR entendido em sua totalidade, tem os seguintes princípios: o comprometimento da Universidade com os interesses coletivos; a educação como totalidade; a formação discente pautada na crítica, na investigação, na proatividade e na ética, capaz de transformar a realidade (PPP, 2008). O princípio da transformação da realidade reforça o papel social da universidade como:

[...] agente fomentador de leitura crítica da realidade e, fundado nela construir conhecimentos que viabilizem a intervenção nessa realidade e possibilitem a construção de novas teorias (PPP, 2008, p. 8).



• • • • •

Todos e todas são sujeitos importantes neste caminho de produção de conhecimentos e transformação da realidade. No âmbito da Educação do Campo, a valorização dos conhecimentos e experiências das comunidades do campo, das águas e das florestas se somam neste processo de produção de conhecimento científico em diálogo com os saberes desses sujeitos.



Alunos da Lecampo em aula no laboratório do Setor Litoral da UFPR.
Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalfufr/noticias/mec-avalia-licenciatura-em-educacao-do-campo-com-nota-maxima/>

A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE

Na Resolução nº 57/19 – CEPE da UFPR, a extensão universitária é um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico com o diálogo entre as instituições de ensino superior (IES) e demais setores da sociedade por meio da produção de conhecimentos e de sua aplicação articulado de forma contínua ao ensino e à pesquisa. De acordo com a mesma Resolução, fazem parte da extensão universitária: Programa de extensão, Projeto de extensão, Evento, Prestação de Serviço, Curso ou Oficina. O que todas estas modalidades têm em comum? São formas de construir conhecimentos na Universidade relacionando as aprendizagens e vivências no ensino e na pesquisa, são oportunidades de compartilhar e aplicar os

conhecimentos construídos para atender as demandas sociais, são formas de aproximar a comunidade acadêmica e demais segmentos da sociedade fomentando o diálogo e a troca de saberes. A extensão universitária vinculada à realidade e às demandas dos sujeitos do campo, das águas e das florestas, às especificidades culturais e territoriais, à interdisciplinaridade e à construção de conhecimentos por meio do diálogo de saberes e da Agroecologia, é importante para o fortalecimento da Educação do Campo. Na Lecampo a consolidação do tripé ensino-pesquisa-extensão se dá da seguinte maneira:

[...] entre ensino como emancipação, pesquisa como princípio educativo e extensão desde o início do curso, possibilitando aos futuros educadores a investigação e análise crítica do contexto educacional, propondo alternativas para os problemas verificados na prática educativa, através de planos de pesquisa (PPC, 2012, p. 24).

A extensão universitária proporciona ao educando, futuro educador, participar de eventos, cursos, projetos e outras atividades que são complementares na sua formação. A extensão também tem um papel importante na popularização da ciência, fazendo com que as comunidades do campo, das águas e das florestas possam ter maior acesso ao conhecimento que é produzido na Universidade e assim tenham mais elementos para protagonizar processos transformadores e maior autonomia para resolução de suas demandas.



.....

Referências

- UFPR. **Resolução nº 57/19** – CEPE. Dispõe sobre as atividades de Extensão na Universidade Federal do Paraná. Disponível em:
<http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2020/03/Res.-57-19-CEPE-atividades-de-extens%C3%A3o-1.pdf> Acesso em: 26 abr. 2021.
- UFPR. Setor Litoral. **Projeto Político Pedagógico**. 2008. Disponível em:
http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_AIteracao_Dez-2008.pdf Acesso em: 26 abr. 2021.
- UFPR. Curso de Licenciatura em Educação do Campo. **Projeto Pedagógico do Curso**. Disponível em:
<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Educa%C3%A7%C3%A3o-do-Campo.pdf> Acesso em: 26 abr. 2021.

Não perca nesta edição os textos: Projeto de extensão “Saberes e Fazeres do Mar: diálogos entre o currículo e a realidade local nas escolas das ilhas do litoral paranaense” projeto coordenado pela professora Vanessa Marion Andreoli e vice-coordenação da professora Lilian Medeiros de Mello e “Escrita Acadêmica: oportunizando a entrada de professores/as negros/as na pós-graduação *stricto sensu*” da professora Claudemira Vieira Gusmão Lopes.

.....

PROJETO DE EXTENSÃO “SABERES E FAZERES DO MAR: DIÁLOGOS ENTRE O CURRÍCULO E A REALIDADE LOCAL NAS ESCOLAS DAS ILHAS DO LITORAL PARANAENSE”

Vanessa Marion Andreoli

Professora no Setor Litoral UFPR. Coordenadora do projeto de extensão Saberes e Fazeres do Mar: diálogos entre o currículo e a realidade local nas escolas das ilhas do litoral paranaense.

Lilian Medeiros de Mello

Professora no Centro de Estudos do Mar. Vice-coordenadora do projeto de extensão Saberes e Fazeres do Mar: diálogos entre o currículo e a realidade local nas escolas das ilhas do litoral paranaense.

Em um contexto marcado pela descondição de um conjunto de direitos humanos, sobretudo das comunidades do campo, como é o caso dos ilhéus, a educação formal torna-se um importante instrumento de emancipação dos sujeitos. Quando se considera o potencial que a escola apresenta tanto na valorização quanto no fortalecimento das comunidades, e o currículo como possibilidade concreta para mudanças, as situações que derivam das relações estabelecidas entre estas comunidades e seus

territórios não podem ser ignoradas nas práticas pedagógicas, já que se constituem como fatores de influência direta na vida dos estudantes. Faz-se, portanto, emergente a elaboração conjunta de projetos nas escolas das ilhas que caminhem nessa direção, por meio do despertar do interesse, curiosidade e questionamento a respeito das questões socioambientais locais.

[continua...]



.....

Importante destacar que o currículo das escolas estaduais das ilhas do litoral do Paraná está organizado por áreas do conhecimento, fato que traz diversas e complexas dificuldades cotidianas, mas também muitas potencialidades para se pensar em novas alternativas para a educação, mas também muitas potencialidades para se pensar em novas alternativas para a educação, que demandam metodologias diferenciadas, aprofundamento de assuntos específicos que tratam das realidades locais e materiais didáticos que contemplem seus modos de ser e viver.

A partir desse cenário e sendo a extensão universitária uma forma de contribuir com a transformação social, por meio da participação conjunta na construção de novos conhecimentos, o projeto Saberes e Fazeres do Mar, fruto de uma parceria inédita entre o Centro de Estudos do Mar (CEM) e o Setor Litoral da UFPR, propõe desde 2018 a presença da universidade nas escolas estaduais das ilhas do litoral paranaense, a partir de uma formação continuada contextualizada, planejada e construída coletivamente por uma equipe de professores de onze cursos da UFPR. Além de bolsistas e professores de diversos cursos, atualmente o projeto conta também com a parceria da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED).

Partindo dos princípios da Educação do Campo, que considera que nenhuma proposta apresentada às escolas deve vir pronta, mas deve ser construída com os sujeitos envolvidos, o projeto realizou diversas reuniões junto às comunidades escolares das ilhas, a fim de reconhecer suas realidades e demandas formativas, mapeando possíveis ações pedagógicas conjuntas, considerando as áreas do conhecimento, os saberes e fazeres do mar e metodologias diferenciadas.

O foco principal do projeto é, por meio da formação da comunidade escolar e local, valorizar os saberes e fazeres das ilhas na prática pedagógica das escolas, proporcionando um maior envolvimento das escolas com as comunidades e fortalecendo sua auto-organização e vínculo com o território.

Além disso, tem como meta a construção coletiva de materiais didáticos contextualizados, que tragam a realidade marinho-costeira e efetivamente contribuam para a valorização dos modos de viver (culturas, saberes, crenças, tradições, valores) dessas populações, assim como o apoiar o planejamento e execução de metodologias que envolvam projetos de trabalho interdisciplinares entre as áreas do conhecimento.



Foto: Acervo da autora.

Para saber mais sobre o projeto no Instagram:

[@saberesefazeredomar](https://www.instagram.com/saberesefazeredomar)



ESCRITA ACADÊMICA: OPORTUNIZANDO A ENTRADA DE PROFESSORES/AS NEGROS/AS NA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Claudemira Vieira Gusmão Lopes
Professora na Universidade Federal do Paraná

Em 2020, apesar da pandemia, por meio do Projeto de Extensão “ErêYá nas Relações Étnico-Raciais, Investigação e Práticas”, coordenado pela Prof.^a Lucimar Rosa Dias e por mim, foram desenvolvidas várias oficinas com a intenção de estimular a entrada de professores/as negros/as da Educação Básica em Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*. Trabalhamos com a leitura e escrita do gênero científico **projeto de pesquisa**.

Acreditamos que sem o engajamento, o aprendizado e o comprometimento pessoal dos/as professores/as não é possível construir no Brasil uma política educacional igualitária, capaz de educar crianças e jovens visando a valorização da diversidade étnico-racial.

Para tanto, os/as professores/as negros e negras precisam ocupar todos os espaços na sociedade, incluindo o espaço acadêmico da pós-graduação *stricto sensu* e a docência nas universidades públicas. O projeto inclui uma série de ações, dentre elas, diversas oficinas.

A oficina **Escrita Acadêmica** foi ofertada entre os meses de agosto a novembro de 2020, para dois grupos de nove pessoas cada, dividida em 10 módulos (totalizando 40 horas divididas entre horas síncronas e assíncronas), fazendo uso da plataforma *Google Meet*.



Imagem: Pixabay.
Disponível em: <https://pixabay.com/pt/photos/escrito-escrever-pessoa-papelada-828911/>

Os módulos abordaram os itens de um projeto de pesquisa e etapas de processo de seleção na pós-graduação.

Como resultados parciais, três dos/as participantes submeteram seus projetos em três programas de pós-graduação em 2020/21, sendo aprovados/as, dois para o mestrado e uma pessoa para o doutorado. Os demais vão submeter seus projetos no segundo semestre de 2021. Esperamos que os participantes ao ampliarem seus conhecimentos contribuam com oficinas de escrita acadêmica para negros e negras, assegurando a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem para todos/as, conforme explícito no objetivo 4 da agenda 2030 da ONU, da qual o Brasil é signatário.



Opinião

A coluna Opinião tem por objetivo divulgar reflexões e opiniões da comunidade acadêmica sobre temas diversos relevantes e atuais que contribuam para o fortalecimento e a compreensão da realidade do campo, das águas e das florestas.

QUE EDUCAÇÃO EDUCA NA PANDEMIA?

Elisiani Vitória Tiepolo

Formada em Letras e Mestre em Literatura pela UFPR. Doutora em Educação pela PUCPR. Diretora da UFPR, Setor Litoral (2020-2024).

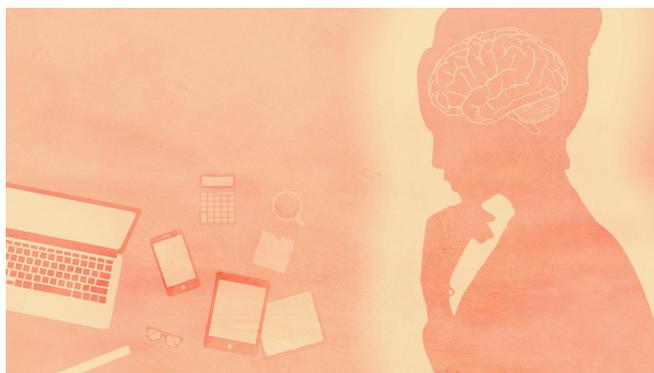
Março de 2020. A notícia da pandemia trouxe, primeiro, a incredulidade, depois a ideia de que tudo rapidamente iria passar e, na sequência, uma série de soluções apressadas de secretarias de estados e municípios, assim como de instituições privadas, especialmente na Educação Básica, para as quais foram consultados administradores, técnicos de informática, pediatras, donos de empresas. A partir daí, às professoras e aos professores foram impostas novas rotinas com um novo arsenal de palavras, expressões e práticas: aulas remotas, educação híbrida, EaD, aulas síncronas e assíncronas, *classroom*, *Meeting*, etc e etc e etc.

Se educadores não foram consultados, tampouco os estudantes sobre suas condições de acesso à *wifi*, equipamento adequado para receber as aulas, espaço físico em casa para concentrar-se durante as aulas na telinha, geralmente, do celular, sobre o grau de capacidade de leitura sem a mediação presencial. E também não foram consultados os dados disponíveis. Por exemplo, segundo o IBGE (2020), entre a população cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à internet usam exclusivamente o celular.

A pesquisa Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC, 2018), informou que 69,8% dos brasileiros possuem conexão com a internet, mas apenas 41% de toda a população rural do país está conectada à internet.

Os *smartphones* continuam sendo o principal meio de acesso, com 97% das pessoas acessando a internet por meio de seus celulares, enquanto o acesso através do computador é de 56,6% dos usuários. Ainda segundo essa pesquisa, apenas 34% das escolas públicas rurais brasileiras possuem computadores com acesso à internet – 46% sequer têm computadores. Outro aspecto a se destacar é o descompasso entre programas que exigem cada vez mais dos equipamentos e a velocidade da internet, que, quanto mais veloz, mais cara.

[continua...]





E a educação, lembrada prioritariamente em épocas eleitorais, na pandemia passou a ser prioridade, inclusive sendo declarada como essencial, como aconteceu no Estado do Paraná[1]. Isso no mesmo país que vem discutindo o *homesholling*[2] como política de governo, onde a universidade foi acusada de apenas fazer balbúrdia, educadoras e educadores sofrem diariamente com a precarização de salários e da infraestrutura de trabalho.

O que pode estar por trás disso tudo, além da pretensa nobre intenção de que estudantes não fiquem sem escola? Primeira hipótese: impulsionar a formação-mercadoria, de baixo custo e qualificação, que engrossa a massa de diplomados que não terão vivenciado as lutas educacionais e pedagógicas, pois foram encerrados em seus espaços individuais. Segunda hipótese: fortalecer grupos privados que, segundo Olinda Evangelista (UFSC), têm se apropriado da formação docente no Brasil:

Do ponto de vista do modelo do capital, esse movimento é no sentido de se apropriar da formação docente, ofertando cursos mais baratos. De certa maneira, são os cursos que possuem uma demanda constante.

É a consolidação de um nicho de mercado, que inclui a venda de certificação em massa, de materiais didáticos, de novas tecnologias e de concessão de bolsas de estudos pelas próprias instituições privadas, que refinanciam o valor quando os alunos não podem pagar, gerando um fenômeno de endividamento juvenil no país.

E uma terceira hipótese: a venda de materiais obsoletos para os Estados, desde monitores VGA, tabletes ultrapassados, ultrapassados programas pedagógicos e uma infinidade de cursos oferecidos *online* para professores se “atualizarem” para utilizar as ferramentas essenciais para esse chamado novo normal.

E a universidade, onde e como fica diante de toda essa situação?

Como espaço de pesquisa, além de ensino e extensão, cabe à universidade estar se rediscutindo, lançar mão dos recursos que a educação a distância dispõe para discutir a segregação digital, pensar novas possibilidades de uso da tecnologia na formação na conjuntura de luta contra o adoecimento, eleger a pandemia como tema gerador e dele desdobrar curiosidades, pesquisas vinculadas a cada área.

[continua...]

[1] O projeto de lei 4/2021 que estabelece as atividades educacionais como essenciais em todo o Estado foi aprovada em 17 de fevereiro de 2021. será votado em terceira discussão e em redação final nesta segunda-feira (22), na Assembleia Legislativa do Paraná. De acordo com o Governo, “o projeto tem como objetivo estabelecer as atividades educacionais como serviços de caráter essencial no âmbito das unidades de ensino das redes públicas e privada do estado do Paraná. Ainda segundo o texto, as restrições ao direito de exercício dessas atividades, determinadas pelo Poder Público, deverão ser precedidas de decisão administrativa do chefe do Executivo, que indicará a extensão, os motivos, critérios técnicos e científicos.” <https://cbncuritiba.com/aprovada-educacao-atividade-essencial-parana/> Acesso 17/04/2021.

[2] Considerada uma das bandeiras do governo do presidente Jair Bolsonaro, a regulamentação do “homeschooling” (ensino domiciliar) foi defendida pelos ministros da Educação, Milton Ribeiro, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, em 05/04/2021, em um ciclo de debates organizado pela Câmara dos Deputados. <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/05/em-debate-na-camara-damara-e-ribeiro-defendem-homeschooling.g.html> Acesso 17/04/2021.



Enfim, seria o momento de a universidade produzir novos paradigmas educacionais, de aproveitar para rediscutir a educação brasileira, sem perder o *timing* e deixando a história passar diante de nossos olhos sem interferir e mudar o seu rumo.

Cabe à universidade produzir conhecimento, projetar novas pedagogias, e não de tentar se adequar à pandemia pressupondo ser possível encaixar nela uma certa normalidade acadêmica, tentando ajustar os tempos da pandemia com os tempos civis e acadêmicos, em propostas que decalcam para o ensino remoto as mesmas formas de fazer do ensino presencial. Isso seria colocar uma venda sobre o fato de que não haverá um novo normal, ao contrário, haverá o retorno ao normal doentio que vivíamos antes da pandemia se não usarmos as experiências da pandemia para recriar possibilidades.

Mas, em que medida a universidade tem feito o contraditório, vem questionando a maneira *fordista* como governos e iniciativa privada se organizam para manter aulas *custe o que custar*? Em que medida, ao não apresentar pesquisas que se contraponham a essa ideia de escola a todo custo a universidade não está legitimando um modelo de gestão empresarial, alienante e alienador, em que prevalece a produtividade pela produtividade, contribuindo para o processo de alienação que mantém o oprimido na condição de oprimido? Em que medida não está ajudando a chocar o ovo da serpente da privatização com a entrada de grandes empresas na educação, oportunidade que o capital enxerga na pandemia de lucrar com a morte? Em que medida deixar de fazer a crítica do modelo imposto à Educação Básica não coloca a universidade apartada da educação como um todo?

Em que medida focar-se em si mesma olhando prioritariamente para seu calendário acadêmico e a reposição de conteúdos não é reforçar a ideia de pretensa normalidade e de ser possível um novo normal?

Paulo Freire nos alerta de que o papel da educação está para além da escola, e nossa ação política-pedagógica precisa ser a de confrontar políticas que promovem a exploração e a desumanização:

Há limites para o 'diálogo'. Porque numa sociedade de classes não há diálogo, há apenas um pseudodiálogo, utopia romântica quando parte do oprimido e ardil astuto quando parte do opressor. Numa sociedade dividida em classes antagônicas não há condições para uma pedagogia dialogal. O diálogo pode estabelecer-se talvez no interior da escola, da sala de aula, em pequenos grupos, mas nunca na sociedade global. Dentro de uma visão macro-educacional, onde a ação pedagógica não se limita à escola, a organização da sociedade é também tarefa do educador. E, para isso, seu método, sua estratégia, é muito mais a desobediência, o conflito e a suspeita do que o diálogo. (FREIRE, 1985, p. 12)

Por outro lado, não há receitas para o novo, mas esse é exatamente o desafio da ciência: criar novas possibilidades. Ou seja: criar o que não existe e não usar os recursos tecnológicos adaptando-os aos paradigmas existentes.

[continua...]



.....

Não seria, o papel da educação na pandemia, especialmente na universidade, justamente questionar as tentativas de imposição de uma normalidade e de um regramento que escondem nossas mazelas? Da mesma maneira como pesquisadores da área da medicina, da biologia vêm combatendo o Coronavírus com uma vacina que antes não existia, os pesquisadores da educação não deveriam estar criando novas pedagogias para o enfrentamento que um mundo doente de solidariedade, compaixão, respeito a todas as formas de vida?

No primeiro capítulo do essencial livro “O bem viver”, de Alberto Acosta, há uma chave para que possamos nos mover no mundo: “(...) é preciso identificar o que é realmente importante e necessário, tendo à mão o mapa com as trilhas que não convém percorrer: ‘Aprender o caminho do inferno para dele se afastar.’” (ACOSTA, 2016, p.23) E, talvez, esteja aí a oportunidade de a universidade fazer a educação que educa na pandemia: sair das trilhas já conhecidas, que sabemos onde vão dar, e ousar discutir e propor uma educação que desvela e recria o mundo.



Imagem: Pixabay.
Disponível em: https://cdn.pixabay.com/photo/2015/12/13/09/40/banner-1090830_960_720.jpg

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

CETIC, 2018.
<https://cetic.br/pesquisa/educacao/indicadores>
Acesso em: 10 abr. 2021.

EVANGELISTA. Olinda. **Crescimento expressivo da EaD precariza o trabalho docente**. 2019.
<http://www.adusb.org.br/web/page?slug=news&id=9683#.Xrxe5ERKiqk> Acesso em: 15 abr. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Traduzido por Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.12.

IBGE, 2020. <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 16 abr. 2021.

Movimento Estudantil

Neste espaço pretendemos expressar as vozes dos estudantes que participam da organização estudantil no âmbito universitário. Para ampliar a compreensão da importância do movimento estudantil para a Lecampo e Movimento Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo no Brasil, bem como para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPR e do Setor Litoral, apresentamos o depoimento de estudantes engajados na construção de um movimento estudantil comprometido com uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Os próximos textos cinco textos expressam a importância do movimento estudantil para estudantes que representam diferentes instâncias de representação.



CENTRO ACADÊMICO 20 DE NOVEMBRO: ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA ESTUDANTIL NA/PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Texto produzido coletivamente pelos/pelas estudantes da Lecampo com contribuições de egressos/egressas do curso.

A educação como base emancipadora de uma formação humana construída para um projeto do campo e sociedade, firma uns dos princípios do Centro Acadêmico (CA) 20 de Novembro. O nome do CA é em homenagem ao dia da Consciência Negra, tido como símbolo da presença dos Povos do Campo, das Florestas e das Águas no espaço universitário. A nossa resistência é representada pela nossa participação nos espaços de vivência e de construção do conhecimento. O CA foi construído com a autonomia dos estudantes do Curso Licenciatura em Educação do Campo (Lecampo) do Setor Litoral e originou-se das necessidades propostas pelo coletivo de estudantes. Dentre as necessidades estava a organização de uma representatividade estudantil na universidade com paridade de gênero, já que o espaço universitário é considerado um lugar sempre excludente. O CA tem como pauta as questões da realidade e da especificidade das turmas, com as demandas e propostas da Lecampo, como uma educação emancipadora e formadora de sujeitos críticos e pensantes. Para fortalecer esta organização, tem-se o Encontro das Turmas da Lecampo, encontros construídos como espaço de diálogos e debates em sintonia com a Semana Acadêmica da Lecampo, com a promoção das interações entre todos os estudantes, por meio de reuniões e mobilizações em conjunta

militância com os movimentos sociais, articuladas em nossos territórios. O CA 20 de Novembro reafirma a importante presença neste espaço construído coletivamente, enquanto união das vozes dos estudantes, que para serem ouvidas precisam estar organizados(as). Como espaço de reivindicações dos estudantes, possibilita superar os desafios enfrentados como: a inserção no espaço físico da universidade; lutar pelas demandas específicas que surgem da presença das populações do Campo, das Florestas e das Águas na Universidade e o protagonismo estudantil na luta pelos direitos historicamente negados para a população do Campo, das Florestas e das Águas. A importância do movimento estudantil está na organização dos estudantes, possibilitando a participação na tomada de decisões, assim como proporciona aos estudantes estarem presentes e ativos na luta por direitos. Portanto, tem-se um espaço de articulação dos estudantes e fortalecimento das turmas, pautando nossas reivindicações, a partir de ações concretas com posicionamento político, compreendendo a importância para nossa formação humana e em nossas comunidades na contribuição na/para Educação do Campo. **Educação do Campo! Direito nosso! Dever do Estado! Compromisso com a comunidade.**



A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DENTRO DAS LEdoCs DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Janeina Kroger Ribeiro

Estudante da Lecampo UFPR Litoral e

Articuladora da Região Sul do movimento estudantil das Ledocs

O movimento estudantil da região Sul, é importante para a unicidade dos Centros Acadêmicos (CAs) e para a continuidade das lutas pelo direito estudantil e articulação das Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoCs) com os movimentos sociais, pois com várias reuniões, debates e pesquisas dentro desse contexto que vivemos, como a luta das mulheres, nossos problemas no nível regional são os mesmos. E, por isso, que uma comissão do movimento estudantil das LEdoCs Nacional resolveu reorganizar os estudantes no âmbito nacional, onde definimos coletivamente um comitê estudantil com coordenadores por região, de forma que constituímos um grupo só dos “Ledocianos” da região Sul para ampliar e fortalecer os estudantes.

A reorganização regional está se forjando dentro dessa luta, mobilizando e valorizando os estudantes do Sul por ser sujeito ativo e participativo no seu CA dentro da sua LEdoC, no caso da UFPR Litoral, a conhecida Lecampo. Fortalecendo e animando os discentes a trazer a realidade da sua universidade e a realidade de sua comunidade para o círculo da prosa.

Nesse sentido, o movimento pode ajudar nas ideias e soluções de problemas junto aos cursos e também trazer as problemáticas para ser debatido no círculo do comitê Nacional, formando assim uma rede de apoio aos estudantes e dando continuidade na luta pelos direitos dos discentes e docentes da Educação do Campo, valorizando seus princípios e lutas.

Para nos organizarmos melhor, foram realizados encontros regionais e o nacional.

O 1º Encontro Regional dos Estudantes aconteceu no Rio Grande do Sul na UFRGS Campus Litoral, nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2016.

O 2º Encontro aconteceu em Santa Catarina no município de Florianópolis na UFSC nos dias 12,13,14 e 15 de outubro de 2018. Entre o primeiro e o segundo encontros regionais, aconteceu nosso 1º Encontro Nacional na Bahia (ENELEdoC) de 17 a 21 de dezembro de 2016 em Cruz das Almas-BA.

O 3º Encontro Regional ficou para a comissão organizadora local da UFFS e UFPR chamar os demais cursos do Sul para formar a comissão regional e delegar as tarefas.

Nesse novo coletivo de CAs com a participação de Egressos das LEdoCs, encaminhamos a organização do 3º Encontro Regional virtualmente no final deste ano.

Finalizando, quero agradecer ao grupo de estudantes das Ledocs Região Sul, destacando o aluno egresso Antony Correa, mais conhecido como Potter da Educampo UFSC, e o aluno egresso José Rafael de Oliveira Batista Educampo UFFS.



QUAL A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO/ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL PARA AS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL?

Suelen Pereira Estevam

Licenciada em Educação do Campo e Mestra em Educação pela UFRRJ e coordenadora do comitê LEDOCs Nacionais

A Educação do Campo nasce da força e luta dos movimentos sociais, não dá para pensar e construir um debate sobre Licenciatura em Educação do Campo sem falar da luta dos movimentos sociais como a Via Campesina e MST, a luta destes movimentos sociais culminou no I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) em 1997 realizado em Brasília. Depois deste encontro foi criado o PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), que apoia a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país.

Estes cursos são voltados especificamente para a formação de educadorxs ^[1] para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas do campo. Dessa forma não desassociamos a Licenciatura em Educação do Campo do contexto de luta e organização coletiva para o fortalecimento do curso.

Mesmo se tratando de um curso com um histórico forte de luta, ainda é um curso pouco conhecido no âmbito nacional, deste modo a organização dos estudantxs de forma nacional impulsiona cada curso, educandxs, educadorxs em cada universidade pública deste país.

A base das LEDOCs/LECs está na pedagogia da alternância que não é apenas mais uma metodologia e sim uma pedagogia na construção e valorização do conhecimento produzido dentro e fora da sala de aula, respeitando a realidade e os saberes do aluno em seu contexto de vida. Pois, a aprendizagem não está dissociada desse histórico pessoal e se tratando de um curso voltado para comunidades tradicionais, povos do campo e movimentos sociais, não é de se estranhar que as pautas de luta das LEDOCs/LECs ganharam força nacional, e este movimento é prova disso.

A construção deste coletivo busca integrar estes estudantxs e os egressxs na construção de políticas públicas para a permanência desses alunos nas universidades e seu direito de exercer a docência nas escolas do campo quando graduados.

[1] "O uso de caracteres como x ou @ e o uso de e fechando substantivos e adjetivos é de fato uma estratégia de neutralização de gênero, em que se propõe o emprego de uma terceira marca além da masculina e da feminina". (Schwindt, 2020, p.15).

Referências
SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. Revista da ABRALIN, v. 19, n. 1, p. 1-23, 17 nov. 2020.



Conforme o professor Guilherme Gonzaga da LEDoC Unipampa sobre a importância do movimento social na Educação do Campo, trouxe o exemplo dos gravetos, quando separados é fácil quebrar, no entanto, quando esses gravetos estão unidos já não se quebra facilmente e é nesta construção coletiva que os estudantes estão se consolidando. E toda contribuição para este movimento é bem-vinda, como o professor Ramofly Bicalho da LEC UFRRJ nos ensina a partir do filme

“Nenhum a Menos”, isto é, que não vamos aceitar nenhum direito a menos que nenhum estudante se perca pelo caminho por negligência do Estado.

Assim acreditando nas pautas deste curso é que este movimento nasce e busca se fortalecer acreditando que Educação do Campo é direito e não esmola.

QUAL A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO/ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL NA UFPR LITORAL?

Thiago Mateus Gavron

Membro do DCE UFPR Litoral e graduando em Administração Pública

A expansão e interiorização das Universidades Públicas, ato do qual advém a UFPR Litoral (2005), além de ampliar vagas no ensino superior, oportunizou um projeto inovador no Litoral do Paraná, região geográfica e historicamente desacreditada e com uma grande debilidade socioeconômica. Tendo em sua gênese, a noção da multidisciplinaridade e do protagonismo estudantil como basilares.

O legado do movimento estudantil do Setor Litoral está no imaginário de cada um. Em tempos de pandemia é comum convencionar-se a acreditar que o elemento (o “ser”) mais resistente seja o vírus, mas não, o elemento mais resistente é o poder de uma ideia. Atemporal e altamente contagiosa, uma vez que uma ideia se apodera da mente, é quase impossível erradicá-la. Uma ideia que é totalmente formada e compreendida, permanece para sempre viva, que seja assim com o movimento estudantil da UFPR Litoral.

Esse desafio foi aceito pelo movimento estudantil do Setor Litoral, que personifica e dá tom aos sonhos, estes, fruto da coragem e ousadia de estudantes, da ânsia por representação e voz àqueles que outrora não foram ouvidos, resultado da inquietação e da sede por justiça. O movimento estudantil não tem fim em si mesmo, ele ocorre por ousadia de quem tem brio, de quem não se contenta em uma vida mediana e almeja isso aos seus contemporâneos, que desfrutem da estadia na Universidade e que sejam detentores de seus futuros.



Foto: Marcos Solivan.
Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/vestibular-2019-18-setor-litoral-oferece-vagas-em-novo-curso-de-ciencias-ambientais-e-mais-430-em-outras-12-graduacoes/>

As palavras e os registros o tempo pode levar, as essências, não.



.....

QUAL A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO/ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UFPR?

Vanessa Domingos

Coord. Geral do DCE UFPR e graduanda em Gestão Pública.

Os estudantes sempre tiveram papel fundamental na democracia do país e do Mundo. No Brasil estivemos presentes na luta contra a ditadura militar, reivindicamos meia-entrada, o fundo do pré-sal para a educação, pautamos políticas públicas de permanência aos estudantes assim como o acesso a uma educação pública gratuita e de qualidade. Na UFPR as lutas e conquistas também são diversas tivemos intercampi, o RU que segue com seu valor em R\$1,30. Mais recentemente, com a pandemia, lutamos para que o retorno às aulas fosse da melhor forma possível, levamos nossas pautas junto a universidade onde a nossa maior reivindicação foi que fosse de forma voluntária, para que não houvesse prejuízo aos estudantes que porventura não pudessem cursar nenhuma disciplina naquele momento. Pautamos também computadores e internet para que os estudantes que optaram por fazer as atividades remotas tivessem o acesso digital garantido.

Pedimos também a garantia do atendimento psicológico aos estudantes durante esse momento de pandemia. Reivindicamos o auxílio emergencial aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, já que os RU's foram fechados devido a pandemia. Elegemos e nomeamos o reitor da universidade, um processo totalmente atípico para o momento, mas que junto aos estudantes e outras entidades representativas da UFPR conseguimos conquistar. Esse é um breve relato do que o movimento estudantil desenvolveu durante esses últimos tempo. Por isso a importância dos estudantes se organizarem nos seus centros acadêmicos, seus coletivos e DCE da universidade, assim teremos mais forças para lutarmos pelas nossas pautas e, construir uma universidade democrática e acessível para todos e todas.





Comissões Lecampo

Neste espaço pretendemos compartilhar informações e avisos das Comissões e Núcleos da Lecampo.

CONSULTA REALIZADA AOS/ÀS ESTUDANTES SOBRE ATIVIDADES REMOTAS NA LECAMPO EM 2021

Comissão de Orientação Acadêmica - COA

O questionário foi respondido no mês de março de 2021 e teve como objetivo consultar os/as estudantes da Lecampo sobre as possibilidades de aulas e atividades remotas.

A seguir a síntese das respostas:

- Dos 92 estudantes consultados, 78 responderam o questionário;
- O maior número de respostas foi de estudantes das turmas (em ordem decrescente): Chico Mendes, turma nova Lecampo, Sepé Tiaraju e Sementes Nativas;
- O maior número de respostas foi de estudantes dos municípios de Iporanga, SP e Guaraqueçaba, PR;
- 88,5% estudantes participariam de aulas e/ou outras atividades remotas (sem contato presencial);
- 87,2% teria condições de realizar atividades remotas no seu domicílio de forma individual ou em diálogo com os colegas de forma online (sem encontro presencial);
- 71,8% dos estudantes participariam de aulas síncronas (ao vivo de forma online) pela internet;
- 71,7% dos estudantes informaram que participariam de aulas síncronas (ao vivo de forma online);
- 65 estudantes responderam a pergunta sobre como seria o acesso à internet para a realização das atividades remotas. Destes, cerca de metade informaram ter acesso à internet em casa pelo celular e/ou computador;



Fonte: Pixabay. Disponível em:
https://cdn.pixabay.com/photo/2020/09/25/10/10/education-5600987_960_720.png



- 96,2% dos estudantes informaram que participariam de atividades assíncronas (atividades que não são ao vivo, não são simultâneas);
- Sobre a forma de acesso às atividades assíncronas, 71,4% informaram que seria a partir de materiais enviados pelo WhatsApp e 63,6% por e-mail. Cerca de 31,2% realizariam atividades assíncronas com materiais acessados em alguma plataforma virtual (ex. Google drive, UFPR Virtual) e 7,8% atividades enviadas por correio;
- Dos 13 estudantes que informaram os motivos para não realizar atividades assíncronas, 9 se deve à falta de acesso à internet ou o acesso não é de boa qualidade e 4 porque sabem que seus/suas colegas não conseguiriam acompanhar as aulas.
- 75,6% dos estudantes tem acesso ao serviço de correios, porém 66,2% precisariam se deslocar até a cidade para buscar, 15,4% teriam acesso ao serviço de correios em casa;
- A maior parte dos estudantes conseguiria acessar arquivos em PDF e word a partir de download de plataformas da internet, seguido de anexado no e-mail. Um número menor teria como acessar vídeos primeiramente enviados já baixados e outros também a partir de links da internet;
- Para a maioria (59% dos(as) estudantes) o melhor dia para aulas síncronas é quinta-feira ou no início da semana;
- A maioria prefere o turno da noite (65,4%), seguido da tarde (41%);
- A maioria (79,5%) prefere aulas uma ou duas vezes na semana;
- 78,2% dos(as) estudantes pensa em permanecer no curso por mais que demore mais tempo para acabar;
- Dentre os que talvez ou que pensam em desistir (17 estudantes), 11 é porque precisam se formar logo para trabalhar, seguido dos que informaram já estar a muito tempo e que gostariam de terminar logo;
- De 78 respostas, 6,4% informaram estar realizando outro curso de graduação paralelamente à Lecampo;
- 89,7% informaram depender de auxílios da Universidade.



Lecampo em Perspectiva

Neste espaço pretendemos compartilhar de editais, outras informações e notícias sobre a Lecampo - UFPR.

COORDENAÇÃO LECAMPO: DESAFIOS E CONQUISTAS NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Texto elaborado pelas Gestões Lecampo 2019-2021 e 2021-2023

A universidade enquanto instituição pública, que visa garantir uma formação crítica e transformadora no diálogo e com engajamento na sociedade a qual está inserida, conforme determinada conjuntura e estrutura social, tem a tarefa histórica e o compromisso sócio-político de ser cada vez mais inclusiva e diversa. Neste sentido, o curso de Licenciatura em Educação do Campo (Lecampo), do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tem cumprido este papel de ir onde por muito tempo a universidade pública, de modo geral, se negou a estar, isto é, junto aos territórios do campo, das águas e das florestas.

Neste movimento de ir e estar com as mais diversas comunidades, a Lecampo se constitui como um curso que está para além da tradicional estrutura universitária, pois sempre tem demandado para a universidade questões que exigiram um processo de adequação frente às necessidades dos sujeitos que formam e constroem o curso. Diante deste cenário cabe a coordenação de um curso como a Lecampo, juntamente com os demais educadores/as e educandas/os sermos guardiões dos princípios e concepções da Educação do Campo, uma educação que se inspira nos pressupostos da educação popular, da educação emancipadora, fundamentada na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade social, da luta por uma educação que não é mercadoria, bem como de uma sociedade que não é alicerçada pela exploração e violência do outro.

Assim, fazer parte da gestão de um curso de Licenciatura em Educação do Campo não é tarefa simples, só é possível com o apoio e envolvimento dos educadores/as e educandas/os. Mais do que organizar e atender demandas pedagógicas e burocráticas, estar na coordenação exige um envolvimento direto e articulado com as necessidades e demandas dos estudantes e de suas comunidades, a fim de garantir que a formação esteja em consonância com as demandas dos territórios de origem dos educandos e educandas que cursam a Lecampo.

Há também embates constantes que precisam ser enfrentados por dentro da própria lógica interna das universidades, que muitas vezes não acolhe especificidades presentes nos sujeitos do campo, das águas e das florestas, sendo preciso estabelecer diálogo constante com diversas instâncias para juntos garantir as demandas por auxílios de acesso e de permanência na universidade. Resistir às exigências feitas pela tradicionalidade de uma universidade na qual foi concebida de uma forma que não inclui camponeses/as, pescadoras/es artesanais, indígenas, quilombolas, agricultoras/es familiares entre outros povos que vivem e trabalham no contexto do campo, das águas e das florestas é tarefa cotidiana para a coordenação do curso.



Outro desafio da gestão é articular ações que visem a realização de um amplo trabalho de organização e planejamento coletivo entre os docentes das diferentes áreas do curso, como tentativa de garantir o acesso aos conteúdos básicos necessários à área de formação específica da Lecampo, de modo que também garanta no trabalho pedagógico o diálogo de saberes e culturas.

Entre as principais conquistas, estão a garantia da presença dos movimentos sociais e populares na organização e tomada de decisões do curso, e, além disso, as contribuições teóricas e práticas sobre o modelo de universidade que temos e a construção do que queremos enquanto professores/as, pesquisadores/as, militantes da educação pública.

Vincular a prática pedagógica e a gestão da Lecampo às lutas dos povos do campo, das águas e das florestas é algo que o coletivo de educadores e educadoras da Lecampo têm em comum e o que almejamos coletivamente. Em relação à questão da prática docente, os desafios se direcionam à área do conhecimento, no caso, das Ciências da Natureza, que envolve o ensino da Química, Física e Biologia no ensino médio e a Ciências no ensino fundamental.

Enquanto uma licenciatura que rompe com o paradigma disciplinar, na Lecampo temos, além dos conteúdos que permeiam a área do conhecimento, questões que vão para além da docência, como a atuação na gestão de processos educativos escolares e na gestão de processos educativos comunitários.

Em tempos de pandemia, os desafios da gestão residem principalmente nas dificuldades de comunicação com os estudantes e comunidades de maneira mais efetiva.

Podendo ouvi-los e compreender que cada educando e educanda é único e vivencia dificuldades peculiares, que envolvem, para além do acesso digital, a fragilidade de renda e a intensificação do trabalho para suprir suas necessidades básicas.

Nesse contexto, o papel da coordenação é pautar nos espaços internos da universidade as especificidades das demandas dos estudantes, garantindo auxílios de permanência e de acesso, bem como propor um espaço de participação na tomada de decisão dos rumos do curso.

Que sejamos, nesses tempos tão difíceis, brotos de esperança de um novo tempo que podemos construir!



Cartaz de divulgação da Campanha Educação é Direito, não é mercadoria!

Disponível em: https://enfoc-production.s3-sa-east-1.amazonaws.com/App/ImagemNoticia/000/000/601/imagem/large/cartaz_fonec%20vermelho.jpg



VESTIBULAR 2021

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

CIÊNCIAS DA NATUREZA

INSCRIÇÃO 01/05 A 30/06

ACESSE O EDITAL



UFPR Litoral 15 ANOS



LECAMP
Licenciatura em Educação do Campo



Não perca as inscrições para o vestibular Lecampo 2021

Mais informações acesse:
<http://www.litoral.ufpr.br/portal/blog/noticia/vestibular-de-licenciatura-em-educacao-do-campo/>

Você já ouviu os Podcasts produzidos pelo Núcleo de Comunicação Popular da Lecampo?



Canal no YouTube 

Clique aqui
Lecampo UFPR Litoral -
Núcleo de Comunicação
Popular

Acesse os podcasts aqui ou pelo link: <https://anchor.fm/rdio-lecampo/episodes/Rdio-Lecampo---Abril2021-ev2a1s>

Expediente

O Boletim Lecampo é uma publicação eletrônica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza (Lecampo) da Universidade Federal do Paraná.

Coordenação geral: Núcleo de Comunicação Popular (NCP) da Lecampo.

Equipe de educadores e educadoras (em ordem alfabética): Adalberto Penha de Paula, Ândrea Francine Batista, Eloisa Helena de Carvalho Borges, Gilberto da Silva Guizelin, Júlio César David Ferreira, Viviane Camejo Pereira.

Contato: ncplecampoufpr@gmail.com